

unidade, isolando a área conservadora. Borges da Fonseca, com exagero embora, escreveria: "Eis-me em 1830 na Corte e à frente da direção suprema do partido liberal brasileiro, partido democrata, partido republicano. Eram membros desse Grande Conselho comigo, eu ainda jovem, e os mais patriotas veteranos, os seguintes: Bernardo Pereira de Vasconcelos, padre José Custódio Dias, José da Costa Carvalho, ao depois marquês de Monte Alegre, Manuel da Fonseca Lima, ao depois barão de Suruí, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Vieira Souto, José Lino Coutinho, Francisco de Paula Sousa, padre Diogo Antônio Feijó, padre José Martiniano de Alencar, Manuel Odorico Mendes". A 2 de outubro de 1830, saía o primeiro número do *Repúblico*, assim anunciado pela *Astréia* de 5 desse mês: "Saiu à luz o primeiro número de um novo periódico intitulado O *Repúblico* e sua leitura nos enche de esperanças; contamos com mais um forte guerreiro que, acossando o despotismo e os mandões, ajudará a fazê-los entrar em seus limites. Não é preciso dizer do seu redator senão que foi o da *Gazeta Paraibana* e da *Abelha Pernambucana*; as perseguições que sofreu e a firmeza de caráter constante e rigidamente sustentada são os mais fortes documentos que abonam o seu merecimento. Oxalá que destes aparecessem ao menos cem!"

O jornal de Borges da Fonseca trazia como epígrafe, segundo o uso da época, as expressões do *Contrato Social*, de Rousseau: "Povos livres, lembrai-vos desta máxima. A liberdade pode-se adquirir mas, depois de perdida, não se pode recobrar". Nos seus números iniciais, o jornal declarava-se monarquista, explicando que o título adotado derivava de que o redator só desejava fazer o *bem público*. A atrevida linguagem do *Repúblico* caracterizava o clima de então. A pessoa de D. Pedro não era poupada, ao contrário do que acontecia antes. Borges da Fonseca chamava-o "caríssimo", não no sentido de querido mas no de custoso ao Tesouro. Os jornais trocavam insultos, cada um na defesa de sua facção. Quando a *Gazeta do Brasil*, órgão da direita conservadora, considerava a *Aurora Fluminense*, órgão da direita liberal, de "fedorenta sentina", isso constituía apenas amostra do que se escrevia e como se escrevia na imprensa de então.

Em setembro, os estudantes paulistas comemoraram com ruidosa passeata a revolução ocorrida na França. A manifestação foi reprimida pelo ouvidor como gravíssimo crime, sob o protesto indignado do jornal de Libero Badaró. O caso repercutiu na Câmara, onde a Comissão de Justiça, contrapondo-se à opinião do ministro do Império, Silva Maia, consideraria legítima a manifestação pela derrubada do "governo tirânico e inconstitucional da França". O ano de 1830 aproximava-se do fim quando, a 20 de novembro, Libero Badaró foi assassinado. As circunstâncias que cercaram